

ESPAÇOS URBANOS COM CRIANÇAS

Samy Lansky – FUMEC/UNA

Agência(s) Financiadora(s): CAPES/CNPq

Este artigo explora a temática das relações entre a criança e a cidade, ao apresentar parcialmente os resultados de pesquisa realizada com crianças em um espaço público de Belo Horizonte em recorte socioespacial localizado entre uma favela e um bairro de classe média-alta - uma fronteira. O objetivo com este estudo foi investigar formas de observar, conhecer e mapear o espaço urbano na perspectiva do sujeito.

Essa busca justifica a escolha pela etnografia, já que combina diversos métodos de produção de dados e, principalmente, uma inserção longa e profunda no campo, a observação participante e a interação direta com os pesquisados, num processo atento em busca do sujeito. Desenvolvida e adotada originalmente pelos antropólogos em suas pesquisas sobre povos “primitivos” habitantes de aldeias, a abordagem etnográfica e suas descrições densas são atualmente utilizadas por pesquisadores de diversas disciplinas e em contextos múltiplos, incluindo o urbano. Além disso, é apontada como adequada a dar “voz às crianças e fazê-las participar na produção dos dados sociológicos” (PINTO, 1997, p. 68).

O interesse pelos temas teve em vista a atuação do pesquisador como profissional da arquitetura, envolvido com questões relativas ao planejamento de espaços *para* crianças, nas interfaces entre o planejamento urbano, a arquitetura e o *design* em suas diversas escalas. A criança é considerada na relação com os demais grupos etários e se busca aproximar de sua perspectiva por meio de processos metodológicos que consideram sua participação.

Durante a investigação buscou-se a presença das crianças nos espaços, ou seja, os espaços *com* crianças, que neste estudo englobam: os espaços produzidos por adultos (espaços *para* crianças ou espaços infantis); espaços apropriados pelas crianças – considerados por Gulløv e Olwig (2003), espaços de resistência, apesar da tentativa de impedimento e da noção de inadequação de tal apropriação (espaços *das* crianças); e a circulação de crianças entre os espaços. Essa circulação é, muitas vezes, vista como inadequada e as cidades não são concebidas de maneira que facilite ou estimule tal prática, mas, por outro lado, exerce grande atração nas crianças e é compreendida como direito.

O recorte espaciotemporal adotado na investigação é singular: os arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia em Belo Horizonte, entre o Morro do Papagaio e diversos bairros de classes média e alta. Ocasão de presença em ambiente ambíguo, na investigação revelaram-se alguns aspectos que, de forma mais abrangente, caracterizam espaços públicos na cidade grande brasileira e a experiência urbana: a descontração e, ao mesmo tempo, a violência multifacetada e multidirecional.

Propõe-se neste artigo como eixos de reflexão, em primeiro lugar, uma abordagem teórica a respeito das relações entre a criança e a cidade; apresenta o contexto socioespacial adotado na investigação; em seguida apresenta os procedimentos metodológicos adotados; e finaliza com a apresentação de parte dos resultados do exercício de espacialização dos dados coletados.

Pesquisando a cidade e a criança

Historicamente, a criança é associada ao domínio privado da vida social, circunscrita aos espaços da família e da escola. Na Europa, o desenvolvimento da noção de vida pública e privada deu origem à separação entre o universo adulto e o infantil e significou o surgimento de uma série de atividades, espaços e objetos considerados adequados às crianças. No entanto, as crianças recriam este universo e redefinem seus espaços para além daqueles determinados pelo mundo adulto.

A separação entre o mundo da criança e o mundo do adulto não é universalizada nem compartilhada, por exemplo, por grupos indígenas brasileiros. Além disso, a percepção de inadequação dos espaços públicos à apropriação das crianças está associada a grupos pertencentes às camadas médias e altas da população urbana moradora de grandes cidades, não partilhada por segmentos populares e moradores de cidades menores.

Ao tratar da questão urbana sob um olhar etnográfico

observa-se a ausência dos atores sociais. Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade (MAGNANI, 2002, p. 14).

Para explorar e tentar recuperar esta ausência propõe-se nesta investigação uma interface com as teorias do espaço a partir dos pressupostos de Lefebvre, pois permitem estabelecer um

diálogo entre campos distintos. O espaço social, para o autor, engloba as coisas produzidas, compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade, ordem e/ou desordem (LEFEBVRE, 1991[1974]). É resultado de uma sequência e de um conjunto de operações e, portanto, não pode se reduzir a um simples objeto, apenas um “produto”, pois é fator central no estabelecimento, ou não, de interações sociais.

Para Lefebvre (1991[1974]), as análises do “espaço social” devem considerar três dimensões: o espaço concebido (nas artes, na arquitetura, urbanismo e na literatura), o espaço percebido (fruto das sensações e dos significados nele impressos) e o espaço vivido (aquele que constitui o cotidiano, as práticas socioculturais). Segundo o autor, esse recorte permite estudos locais a diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. O que o interessa é a distância que separa o espaço “ideal”, dependente das categorias mentais, do espaço “real”, o da prática social. Para o autor, é preciso se esforçar para reconstruir uma visão comum aos diversos membros da sociedade: usuários e habitantes, autoridades, técnicos (arquitetos, urbanistas, planejadores).

No combate à noção de cidade sob uma visão principalmente economicista, cujo valor de troca se impõe como hegemônico e absoluto, Lefebvre (1991[1974]) afirma que o que importa são os usos de ruas, praças e edifícios pelas pessoas principalmente para a festa, os encontros e conflitos, aspectos desconsiderados pelos urbanistas, mas destaca que não existe apenas uma única tendência para a reflexão urbanística.

Neste sentido, a investigação assume os usos dos espaços pelas crianças como foco da análise, pois tal prática relaciona-se diretamente com a constituição dos distintos modos de vida. Ao estabelecer a infância e a criança como focos da observação, cabe ressaltar que tais conceitos são construídos e modificados ao longo do tempo. Nas últimas décadas “começou-se a perceber a criança como sujeito social” (COHN, 2005, p. 11), resultando numa quantidade suficiente de estudos sobre crianças, oriundos de disciplinas variadas, principalmente a partir da década de 1990.

Da compreensão como período de vida, progressivamente a infância passa a ser compreendida como “construto sócio-histórico” (GOUVEA, 2008, p. 98), para além do conceito de geração proposto inicialmente por Mannheim (1952). Ao tomarem o “lugar de sujeitos nas investigações” (GOMES, 2008, p. 82), as crianças deixam de ser consideradas recipientes

vazios do processo de socialização, ou meros objetos de investigação, para serem consideradas agentes.

Se por um lado alguns autores entendem que a infância possui algo de universal, caracterizada pelo lúdico, ou seja, pelos jogos, brinquedos, brincadeiras e demais elementos que constituem as chamadas *culturas de infância*, diversos estudos, principalmente do campo da antropologia da criança, têm dado visibilidade à multiplicidade e à diversidade de formas de viver os primeiros anos de vida nas muitas partes do mundo, o que revela as relações intrínsecas entre distintos modos de vida e ambientes específicos.

Ao analisar os modos de vida nas cidades, cabe destacar que o desenvolvimento dos meios de transporte, a partir do final do século XIX, permitiu que as moradias e os locais de trabalho se deslocassem para longe dos centros urbanos. Como resultado desse processo, os centros passaram a ser caracterizados como espaços de passagem, não mais como espaços do encontro, como anteriormente (SENNET, 1988 [1974]). A partir da segunda metade do século XX, a radical separação espacial resultou numa fragmentação dos bairros e sua consequente segregação. Os espaços intersticiais do encontro deixaram de existir como no século anterior. As praças, de espaços de encontro, tornaram-se espaços do movimento, do deslocamento e da pressa. O espaço público passa a ser de ninguém e visto como perigoso. Para Soja (2000), atualmente ocorre a destruição do espaço público relacionada à ofensiva de segurança com o objetivo de atender à demanda da classe média de isolamento socioespacial. A metrópole contemporânea se caracteriza por espaços policiados, privatizados, ou seja, espaços pseudopúblicos.

O conceito de *não lugar* utilizado por Augé (1994) em sua análise dos espaços urbanos contemporâneos é diametralmente oposto ao espaço vivido e toma expressão nos espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, estações de metrô além das grandes cadeias de hotéis e supermercados. Segundo o autor, o termo “lugar antropológico” se refere

... àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social... o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentidos para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa (AUGÉ, 1994, p. 51).

Se os lugares antropológicos criam um social orgânico, os *não lugares* criam uma tensão solitária, própria do nosso tempo.

Percebe-se que as imagens do que proponho chamar supermodernidade dão forma a um paradoxo e uma contradição: num sentido, abrem cada indivíduo para a presença dos outros; correspondem a uma circulação mais fácil dos seres, das coisas e das imagens. Mas num outro sentido elas reduzem o indivíduo a ele mesmo, convertendo-o mais em testemunha do que em ator da vida contemporânea. Essa contradição exprime-se exemplarmente no que propus chamar de não-lugares (AUGÉ, 1999, p. 144)

Por outro lado Magnani (1984; 2006) revela “práticas culturais e de lazer, redes de sociabilidade e relações de troca (e também conflito) no contexto urbano de uma grande metrópole, no caso a da cidade de São Paulo” (2006, p. 173). Se em *Festa no Pedaco* (1984) aborda tais aspectos num grupo circense em que seus integrantes pertenciam às camadas populares, em *Os circuitos dos jovens urbanos* (2006) estabelece recorte etário para a escolha dos sujeitos da pesquisa. Ao estabelecer os espaços, as práticas culturais e de lazer como foco de suas análises, sem encobrir o conflito, busca o lado “positivo” das manifestações e da sociabilidade entre os sujeitos.

Tanto a violência urbana como as práticas culturais e de lazer estão muito presentes no local desta pesquisa: os arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia. Ao considerar que o local se caracteriza pela desigualdade socioeconômica de seus moradores, poderia afirmar que a violência é multifacetada: da apropriação dos meios de produção, do recurso financeiro e do espaço pelas camadas médias e altas à ocorrência de crimes contra pedestres, residências, jovens e crianças. As crianças – tanto moradoras do Morro quanto dos bairros – sofrem com a violenta segregação, o confinamento, a falta de autonomia e de espaços para brincar. No entanto, subvertem a ordem e encontram suas *brechas*, termo adotado neste estudo como uma versão espacializada para as “táticas” de Certeau (1994 [1990]) ou para as “aberturas” de Lefebvre (1991[1968]).

Enquanto para Certeau (1994 [1990, p. 47]) as “táticas” são um constante jogo

com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas... mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’.

‘abertura’ para Lefebvre (1991[1968], p. 200) se define como “não fechamento” num único sistema, mas sim a ocorrência de subsistemas, “entre eles, rachaduras, buracos, lacunas. Não há convergências de formas; elas não chegam a encerrar o conteúdo. Nem a reduzi-lo. O *irredutível* se manifesta depois de cada redução”. (Grifo do autor).

Segundo Canuto *et al.* (2003, p. 14),

a abertura representa uma instância em que a realidade se torna contraditória em relação ao lugar onde se coloca, como uma utopia (**u**=sem, **topos**=lugar) que é ao mesmo tempo heterotopia (**hetero**=outro, **topos**=lugar). Portanto, não aceita o real dado a priori e nem se deixa esvaecer em possibilidades imaginadas fora do mundo da vida cotidiana. Exatamente neste sentido, uma das características centrais do discurso lefebvriano sobre a cidade e a vida cotidiana que ela comporta e deixa realizar está em sua crítica contra planificações urbanísticas fundadas na ideologia. A abertura comportaria assim um projeto de emancipação dentro da própria realidade onde está inserida, uma tática de inserção que se apresenta como um deslocamento a partir da superestrutura vigente, reforçando assim a idéia da realidade se tornando ‘negação’ da própria realidade. (Grifos do autor)

Ao considerar que os espaços e seus usos se distinguem de acordo com a inserção social dos sujeitos, a discussão neste estudo se aproxima das análises sobre a desigualdade e segregação socioespacial. Aborda os modos de vida das crianças de Belo Horizonte e como são materializados nos espaços. Por outro lado, busca conhecer de que forma os espaços públicos interferem na sociabilidade urbana e na construção da noção de cidadania, em especial da criança cidadã.

Ao tratar da temática da criança no espaço público, cabe reiterar que, no meio urbano, o contraponto moderno-industrial entre vida pública (relacionada ao homem adulto) e vida privada (relacionada à mulher e à criança) deu origem à separação entre o universo adulto e o infantil (SENNET, 1988 [1974]) e significou o surgimento de uma série de espaços e objetos produzidos especificamente para as crianças, tais como as escolas, creches, parques, museus, etc. Tal contraponto não é encontrado em outros meios, como apontam diversos estudos sobre os grupos indígenas brasileiros (COHN, 2005; SILVA, 2011).

A criança urbana progressivamente se torna uma das principais vítimas da segregação socioespacial, resultando em casos de confinamento e/ou controle excessivo para alguns

grupos e marginalização para outros. No entanto, a percepção da rua como o lugar do desvio, inseguro, inadaptado às necessidades das crianças corresponde, muitas vezes, a uma concepção europeia não compartilhada pelos grupos populares dos países sul-americanos. Tal percepção pode contribuir com as concepções de infância pobre como inadaptada, marginal, “sem lugar” na sociedade. (LUCCHINI *apud* PARGA, 2004)

O fenômeno de que as crianças urbanas experimentam a segregação socioespacial, não é universal nem encontrado em todos os ambientes urbanos, pois é possível constatar que se distingue, dependendo do local, segundo os grupos sociais que o habitam, e do tamanho da cidade.

A crescente ausência de autonomia infantil em relação à mobilidade nos meios urbanos contemporâneos (NETO, 2006) é um dos fenômenos associados a crianças europeias, norte-americanas e às brasileiras de classe média e alta, moradoras de bairros e condomínios. Por outro lado, em diversos estudos brasileiros, observou-se que o terreno em que a favela se localiza e até mesmo as ruas próximas são exploradas pelas crianças, constituindo, também, um território infantil, onde exercem considerável domínio (LIMA, 1989; GOUVEA, 1990; DEBORTOLI, 1995; CARVALHO 2007).

Segundo Gulløv e Olwig (2003), a consequência desse processo na produção de espaços para crianças pode ser caracterizada de duas formas: lugares seguros, sem surpresa, aventura, riscos, impedidas de experimentar a diversidade; ou ruas e espaços públicos vistos como inadequados, perigosos. Para as autoras, as instituições criadas para crianças e as residências se tornam os espaços que reafirmam a infância como recipiente da transmissão de valores socioculturais aceitos. Já os espaços públicos urbanos proporcionam maior liberdade de ação e, dessa forma, desenvolvem relações sociais e valores culturais que a sociedade não necessariamente aprecia. São apontados como espaços de oferta de possibilidades para crianças se desenvolverem como atores sociais independentes dos adultos.

As crianças apropriam-se criativamente da informação do adulto para produzir a sua cultura de pares. Tal apropriação é criativa na medida em que tanto expande a cultura de pares (transforma a informação do mundo adulto de acordo com as preocupações do mundo dos pares) como simultaneamente contribui para a reprodução da cultura adulta. (CORSARO, 2002, p. 114)

Esse processo de apropriação criativa do mundo adulto é o que Corsaro (2002) chama de “reprodução interpretativa”, que permite à criança participar ativamente daquele mundo e, ao mesmo, tempo afirmar sua alteridade.

Compreendendo as crianças como atores sociais que contribuem de forma singular com a cultura de forma ampla e que, assim, usam os espaços planejados para elas, mas também recriam o espaço urbano, redefinem fronteiras e circulam pela cidade, coloco a seguinte questão: Por onde andam as crianças urbanas? Como circulam pela cidade?

No Brasil e em outros países “em desenvolvimento”, as cidades maiores são caracterizadas pela extrema desigualdade social e econômica, resultando em nítida segregação socioespacial. Aos habitantes das favelas nem o direito à moradia é garantido, o que dizer, então, a respeito ao *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2009 [1968])? A cidade é “formalmente” dos moradores dos bairros e aos “favelados” cabe um lugar marginal, muito bem demarcado. Reiterando, poderia especular que a criança moradora da favela é duplamente excluída nestes meios, pela sua condição de criança e pela pertença ao grupo social sem lugar na cidade.

Ao considerar o tema da desigualdade, fundamental neste estudo, imprimo uma atenção especial às zonas de fronteiras em que as desigualdades se encontram no espaço urbano.

Uma fronteira em Belo Horizonte

Belo Horizonte, cidade planejada para 200 mil habitantes como a nova capital do Estado de Minas Gerais no final do século XIX, entra no século XXI com uma população de quase 3 milhões de habitantes. De um plano original que projetava um limite territorial – a Avenida do Contorno –, atualmente, as fronteiras entre municípios vizinhos não são nítidas e muitos de seus habitantes circulam diariamente entre eles. Moram em um município, trabalham em outro e, às vezes, estudam num terceiro, e algumas crianças até mesmo circulam diariamente entre municípios distintos, tal como as moradoras de condomínios, a maioria localizados fora de Belo Horizonte, opção adotada pelos pais, associada à escolha por estudarem em escolas particulares na capital.

Atualmente, Belo Horizonte é dividida em nove regionais administrativas, sendo que a Centro-Sul engloba toda a área do plano original, alguns bairros “valorizados” (Mangabeiras, Lourdes, Funcionários, São Bento, etc.), o maior aglomerado de favelas do município, o Aglomerado da Serra e outras duas favelas, o Conjunto Santa Maria e Aglomerado Santa Lúcia. É, portanto, uma das regionais mais desiguais do município de Belo Horizonte, o que contextualiza a escolha de um espaço público nessa região para a pesquisa: uma região de uma grande cidade onde a diversidade e a desigualdade *sociocultural* e *econômica* são marcantes (FIG. 1).

Num espaço de fronteira, um parque foi implantado próximo a um batalhão de polícia, uma escola pública, dentre outros equipamentos públicos e privados.

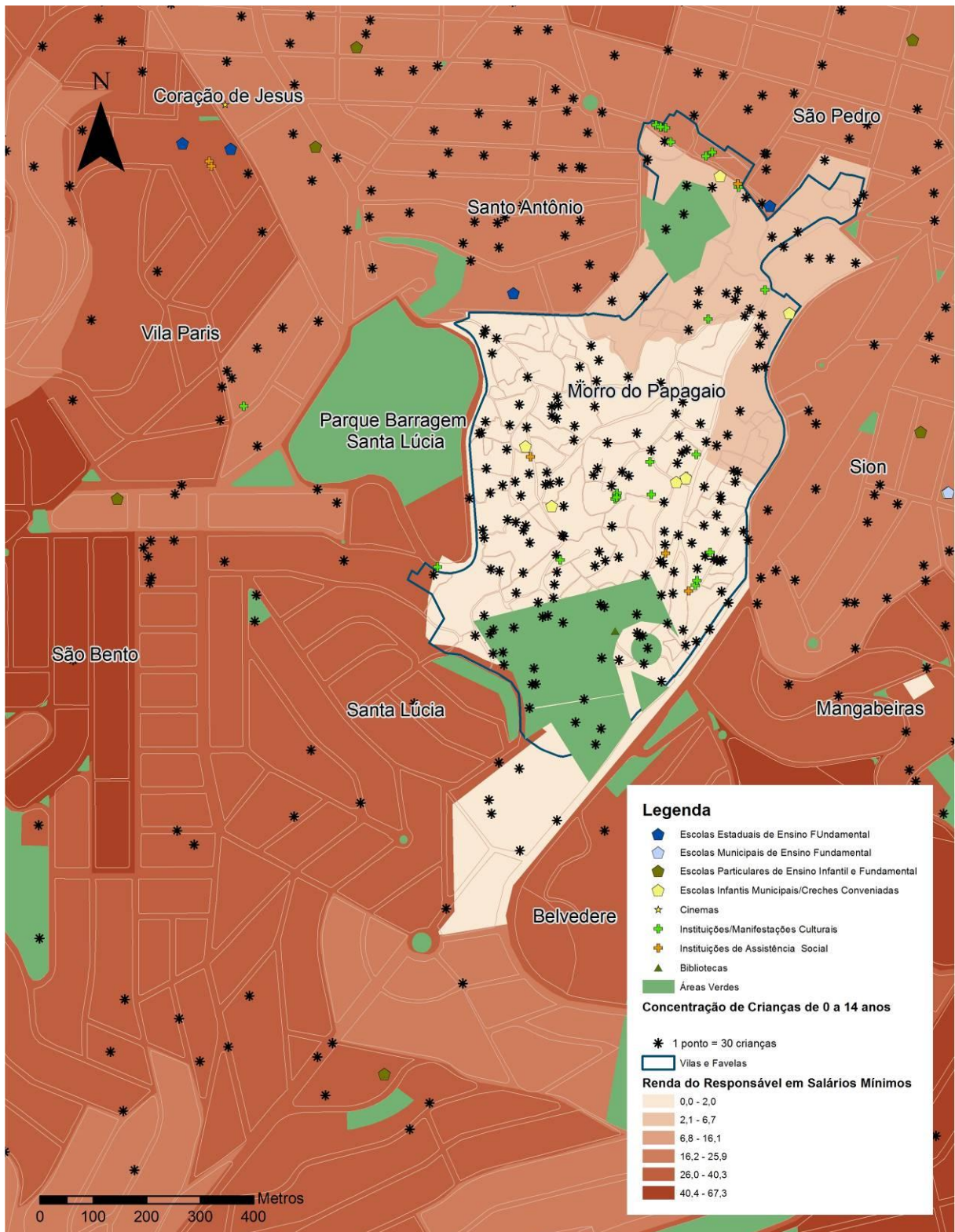


Figura 1 - Arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia. Recorte espacial adotado na investigação. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas, com base em dados do Censo 2000.

Aspectos metodológicos

Adotou-se como procedimento metodológico, o movimento a pé pelas ruas, uma circulação pelos lugares, um confronto entre a posição social do pesquisador – adulto e arquiteto – e a dos sujeitos – pobres e ricos, adultos, jovens, meninos e meninas, os usuários dos arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia. Ao pesquisar a copresença, a sociabilidade e o encontro desses sujeitos em ambiente urbano contemporâneo, a opção foi a alternância de posições - entre o arquiteto planejador e o etnógrafo -, de lugares, de perspectivas e, sobretudo, o movimento de circulação entre um mundo e outro, uma circulação pela fronteira.

Foi adotado como procedimento metodológico da observação participante, a interação direta com os usuários no espaço, mediada pela percepção que tinham uns dos outros e sem a mediação de qualquer instituição ou de pessoa previamente conhecida pelo pesquisador. Em ambiente tido como hostil, característica atribuída de antemão a espaços públicos, buscou-se experimentar se a interação poderia acontecer, de que forma, em quais locais e ainda as zonas de fronteira, as interdições, barreiras e conflitos, ou seja, foi necessário encontrar uma *brecha*, um espaço de interstício, uma abertura.

Nesse sentido, o pesquisador se expõe como transeunte, tentando calcular e correndo os riscos próprios da atitude de estar em público, sem proteção prévia. Ao se deslocar a pé pelo campo e se posicionando distintamente, aos poucos encontrou formas de conhecê-lo, mediante a interação possível com pessoas nesse ambiente específico com algumas das características próprias dessa experiência no mundo individualizado.

Importa reiterar o quanto andar desafia o medo da cidade e as gestões políticas desse medo, impondo, *passo a passo*, o direito de transgredir fronteiras sociais e simbólicas, acabando com as cidades interditas, os bairros do estigma, as separações ‘naturais’, ‘puras’ e ‘fixas’, as abstrações do outro como excluído e marginal, a descoincidência, tantas vezes demonstrada, entre a (in)segurança subjectiva e a (in)segurança objectivamente medida. Aliás, é pela transgressão de fronteiras e pelo *mover-se na fronteira* que as legitimidades dominantes vão sendo, a diversos níveis, questionadas (LOPES, 2008, p. 78, grifos do autor).

Inspirado em Certeau (2001), para quem o ato simples de andar pela cidade pode revelar sentidos e apropriações atribuídos ao espaço para além da ordem dominante, Lopes (2005, p. 72, grifos do autor) evoca a *metodologia andante*:

[...] na medida em que enquadra a experiência andante numa recusa da divisão cartesiana entre mente e corpo, razão e emoção. Acrescentaria: entre o pólo masculino e o pólo feminino. Na verdade, andar implica movimento – e movimento implica pensamento, ainda que seja apenas esse pensamento prático, corporal, prereflexivo, essa espécie de inteligência do corpo de que nos fala Bourdieu. Mas andar pode também convocar o pensamento reflexivo, aquele que *pisa e repisa sobre os passos dados*. Um e outro embrenham-se em emoções, ligando o visível (a indiscutível materialidade do espaço urbano, a sua presença física, abrindo e fechando possibilidades, oferecendo barreiras às apropriações, necessariamente finitas e enquadradas) ao invisível (memórias, sentimentos, sentidos), abrindo e construindo cenários interiores a partir de cenários exteriores, de tal forma que o que se cria é um ambiente de síntese inteiramente novo, autênticas *topografias sentimentais* ou *poéticas práticas do espaço*.

Ingold (2000) considera que o conhecimento sobre o ambiente sofre formação contínua durante o movimento das pessoas pelo mesmo. Conhece-se *enquanto* caminha-se: “Unidos pelos itinerários de seus habitantes, os lugares existem não no espaço, mas, como nós, em uma matriz de movimento” (INGOLD, 2000, p. 219). Segundo o autor (2000, p. 220),

enquanto seria errado, ou pelo menos enganoso, comparar o conhecimento do nativo a um mapa, há certo paralelo que pode ser traçado entre os processos de conhecer e de mapear. Ambos são atividades situadas no ambiente, ambos são realizados ao longo de trilhas de circulação, e ambos se desenvolvem ao longo do tempo.

Para o autor, “existe um paradoxo no coração da cartografia moderna. Quanto mais ela procura prover uma representação exata e abrangente da realidade, menos verdadeira esta representação parece” (INGOLD, 2000, p. 242). Enquanto se preocupa em estabelecer credenciais científicas mediante sua pretensão de produzir representações exatas e objetivas do mundo, Ingold prefere a ideia de que conhecemos o ambiente enquanto caminhamos e que o viajante que conhece enquanto caminha não está elaborando um mapa nem utilizando um. Simplesmente ele está *mapeando*. Assume, assim, a ideia de “cartografia de processo” de Rundstrom (1993, *apud* INGOLD 2000, p. 231), no qual mapear é visto como “aberto, contínuo, sempre levando ao próximo instante do mapear, ao próximo mapa”.

Neste sentido, os *mapas etno-gráficos* utilizados como escrita neste tese são distintos dos mapas utilizados na cartografia tradicional, por se referirem aos sujeitos (*etno*) e por não serem consideradas figuras estáticas, acabadas, mas, sim, por apresentarem em andamento. Provavelmente os cartógrafos diriam que não são mapas, mas simples figuras, ou croquis.

Com objetivo de investigar crianças nos arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia em Belo Horizonte, foram observados fluxos de movimentos de circulação das crianças, para além dos limites do mesmo, especialmente nos trajetos que ligam o Parque a escolas localizadas nos extremos do espaço definido para a investigação (FIG. 1). É importante destacar que a observação desses fluxos foi realizada, nos limites possíveis para uma pesquisa em que o pesquisador se deslocava pelo espaço caminhando a pé. Assim, foi possível observar a circulação das crianças moradoras dos bairros e do Morro.

Inspirado em Goffman (1959), *cena* foi a unidade de análise utilizada para a organização e o registro da observação de campo e foi associada a um local e um momento específico do dia, a presença de crianças, o tipo de atividade, a presença ou não de brinquedos, equipamentos e demais elementos do ambiente. Foram associadas categorias temáticas, discursos dos sujeitos e categorias teóricas a esses elementos presentes nas cenas. As crianças presentes nas cenas foram classificadas por gênero, faixa etária, local de moradia (bairros, Morro ou não moradoras dos arredores) e segundo a presença ou não de acompanhantes (segundo o gênero, a faixa etária, moradoras dos bairros, do Morro ou não moradoras dos arredores), se estavam no espaço entre pares (classificados por gênero e local de moradia) ou se estavam a sós. Neste texto apresentaremos apenas alguns mapas, com intuito de apresentar o instrumento, sem no entanto explorar sua potencialidade.

Foram realizadas incursões em distintos dias da semana, horários e espaços, com o objetivo de identificar a presença de crianças, a circulação e os usos dos espaços por elas. A recorrência de certas presenças e situações acionou interlocuções aproximadas com algumas crianças, que foram acompanhadas em suas brincadeiras, conversas, no deslocamento, etc.

Inicialmente, foi estabelecida interação com meninos e meninas do Morro e com crianças pequenas dos bairros, que eram mediadas por adultos, especialmente suas babás. Além da presença visível de crianças, da diversidade de pessoas e de usos, a desigualdade era igualmente visível.

Na circulação recorrente pelo espaço em busca da presença de crianças nos arredores, um fenômeno chamou a atenção: a concentração de pessoas, incluindo crianças, principalmente as dos bairros, em torno da banca de revistas localizada na Praça República do Líbano, em horários específicos, ou seja, aos sábados e domingos pela manhã e nos finais de tarde. Ao observar a presença recorrente de pessoas, incluindo crianças, em torno da banca de revistas, em ocasiões permeadas pela troca, passei a observar esse tempo-espaço com mais atenção.

Outro fenômeno que chamava a atenção pela recorrência – e que imprimo foco especial neste texto - era a presença de crianças pequenas, meninos e meninas moradoras dos bairros, nos dias úteis da semana. Invariavelmente, todas as manhãs, entre 9 e 11 horas, foi possível observá-las acompanhadas de mães, alguns pais, avós, avôs e, principalmente, de suas babás, sentadas num dos bancos de alvenaria ou no chão, próximas da barraca de coco, onde era possível alternar entre a exposição ao sol e a sombra.

As crianças dos bairros foram observadas no local nesse horário nos primeiros anos de vida, antes de frequentarem a escola, ou seja, a maioria tinha até 2 anos de idade e ensaiava os primeiros passos. Crianças maiores eram pouco presentes. As famílias e suas babás traziam para o local alguns brinquedos e os espalhavam sob toalhas estendidas no piso, onde colocavam as que engatinhavam, sentavam-se e brincavam juntas. Algumas mulheres dos bairros praticavam exercícios físicos, enquanto deixavam seus filhos pequenos com avós ou babás. Muitas eram acompanhadas exclusivamente pelas babás e, nesses casos, as mães as deixavam no local com os filhos de carro e depois vinham buscá-los. Ao conversar com algumas mulheres no local, pude conhecer um pouco da visão tanto das babás quanto das mães que levavam suas crianças ao local.

No total, foram registradas 266 cenas, por meio das quais foi possível estabelecer interação sem mediação de pessoas adultas com 11 crianças entre 6 e 11 anos (4 meninas e 7 meninos), todas moradoras do Morro, com as quais foram realizadas 12 seções de fotos, 2 filmes curtos e 16 entrevistas informais. As cenas registradas nos cadernos de campo foram organizadas em planilhas, com o objetivo de utilizar as informações em programa de geoprocessamento. Os resultados desse exercício são apresentados a seguir.

Manchas e linhas: a espacialização dos usos e circulação de crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia

Os mapas apresentados a seguir resultam da espacialização das 266 cenas com crianças observadas no campo, anotadas em diário, organizadas em planilhas e lançadas no programa *ArcGis* sobre foto de satélite extraída do *Google Earth*.

É possível observar nas FIG. 2 a 8 que a presença de crianças na Barragem Santa Lúcia se relacionava com a pertença a determinado grupo social. Os mapas apresentados diferem pelos filtros aplicados às planilhas que geraram o geoprocessamento e variaram de acordo com o local de moradia, gênero e faixa etária. Com base no geoprocessamento das cenas utilizei o *Kernel* – comando do programa *ArcGis* que analisa os dados e representa, por meio de manchas, as densidades de determinados fenômenos. Como resultado, observam-se manchas que variam entre o vermelho e o azul, dependendo da quantidade de cenas observadas, neste caso, as cenas *com* crianças. Quanto menor o número de cenas observadas mais vermelho, quanto maior o número, mais azul fica a mancha. Em outras palavras as manchas nestes mapas representam graficamente os espaços nos arredores da Barragem Santa Lúcia que as crianças usavam com mais recorrência.



Densidade de cenas com crianças moradoras do morro:



Figura 2 - Densidade de cenas com crianças moradoras do Morro. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com todas as crianças dos bairros:



Baixa

Alta

Figura 3 - Densidade de cenas com crianças moradoras dos Bairros. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com meninas moradoras do morro:



Figura 4 – Densidade de cenas com meninas moradoras do Morro. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com meninos moradores do morro:



Baixa

Alta

Figura 5 – Densidade de cenas com meninos moradores do Morro. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com crianças pequenas dos bairros:



Figura 6 – Densidade de cenas com crianças pequenas dos bairros. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com crianças maiores dos bairros:



Figura 7 – Densidade de cenas com crianças maiores dos bairros. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.



Densidade de cenas com todas as crianças:



Figura 8 – Densidade de cenas com todas as crianças. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas.

Na primeira análise comparativa do local de moradia (FIG. 2 e 3), foi possível concluir que a presença das crianças dos bairros nos espaços públicos dos arredores da Barragem Santa Lúcia era bem distinta da presença das crianças do Morro. Ao considerar que os tempos livres desses grupos pouco diferem, pois a permanência nos espaços escolares e os horários de entrada e saída das escolas são muito parecidos, percebe-se que os tempos de circulação e as oportunidades possíveis de usarem os espaços públicos coincidem. Além de um primeiro turno em escolas, tanto as crianças dos bairros quanto as do Morro participavam de atividades complementares no segundo turno, apesar de frequentarem espaços distintos. Enquanto as crianças do Morro permaneciam nas escolas em tempo integral ou participavam, no segundo turno, de programas ofertados por instituições religiosas, não governamentais e de assistência social, as dos bairros frequentavam escolas privadas de línguas, de dança, de futebol, academias ou clubes.

A presença de crianças no Parque da Barragem Santa Lúcia se distinguiu de maneira clara e recorrente. Enquanto as crianças dos bairros foram observadas em ocasiões espaciotemporais específicas e invariavelmente acompanhadas por adultos, algumas moradoras do Morro foram observadas acompanhadas de adultos, principalmente nos finais de semana e ainda outras crianças moradoras do Morro foram observadas cotidianamente nos espaços, invariavelmente entre pares e desacompanhadas de jovens e adultos.

É possível considerar, então, que, apesar de vivenciarem de maneira muito semelhante a organização de seus tempos (visto que são definidos principalmente pelos tempos escolares) e da coabitação na região do Santa Lúcia, as crianças dos distintos grupos sociais pouco cruzam umas com as outras e, portanto, pouco se conhecem. Em outras palavras, como sujeitos de um único grupo geracional, mas que não participavam do mesmo grupo social, as crianças do Santa Lúcia experimentavam uma segregação do tipo intrageracional e interclasses.

Se comparadas as densidade de cenas com meninos e meninas do Morro por meio dos mapas (FIG. 4 e 5), observa-se que as distinções são pouco visíveis e ocorriam principalmente, no espaço da quadra/parquinho e em frente à padaria. No caso da quadra/parquinho, esse fato se deve, principalmente, aos usos da quadra para a prática do futebol, visivelmente associados aos meninos. No caso do espaço em frente à padaria, as meninas foram observadas com maior intensidade, em atividades de busca pelo recurso ao pedir dinheiro e comida aos adultos que estacionavam nos passeios e compravam.

Como visto, a presença de meninos e meninas moradores dos bairros foi observada pontualmente, em tempos específicos e invariavelmente em companhia de adultos ou idosos. Ao comparar a presença dessas crianças segundo a faixa etária, observamos crianças maiores no Clube de Trocas e as pequenas pelas manhãs entre o coco e a “biquinha” (FIG. 6 e 7). Nesses horários, as crianças maiores dos bairros foram observadas nas escolas de idiomas e na academia, em aulas de natação. No Clube de Trocas, os meninos eram mais presentes, visto o apelo do jogo a esse grupo e a atração que lhes causava. Nos finais de tarde, mas especialmente aos sábados pela manhã, iam até a “pracinha” de carro com os pais, se encontravam e interagiam com desconhecidos.

A frequência diária pelas manhãs entre o coco e a “biquinha” acabou por formar grupos que se encontravam diariamente e conversavam, para além dos espaços familiares, escolares, etc. As babás pertencentes às camadas populares ou médias baixas, muitas delas negras, conviviam diariamente com pais, mães e avós de classe média em ocasião em que se misturava trabalho e lazer. As crianças pequenas do Morro não foram observadas nessas situações, muito provavelmente por suas mães estarem trabalhando nesses horários e por não disporem de recursos para a contratação de babás.

Andadores, carrinhos, velocípedes e outros brinquedos com rodas eram muito presentes, e as crianças experimentavam o movimento de andar com ou sem os veículos sob a proteção e o amparo dos adultos. Nesse espaço, portanto, as crianças aprendiam a andar, e esse fato se relacionava diretamente com suas características, ou seja, sua declividade suave, ausência de barreiras, conforto para os adultos proporcionado pelos bancos, a sombra, a possibilidade de se beber algo, etc.

Esse fato confirma, de certa maneira, o que Lynch e Lukashok (1956) observaram. Ao analisar os elementos mais mencionados em entrevistas realizadas com 40 pessoas entre 18 e 32 anos, não urbanistas, sobre as memórias que guardavam sobre as cidades, os autores concluíram que o piso é um dos elementos mais marcantes e importantes para a atividade infantil, especialmente quando é gramado: “Não apenas os gramados, mas o piso inteiro do ambiente é de grande importância para a criança. Poucas coisas são tão associadas ao brincar” (LYNCH; LUKASHOK, 1956, p. 157, tradução nossa).

Interessante observar ainda que alguns casais preferiam promover pequenas comemorações de aniversário no local. Levavam mesas, balões e ofereciam doces, salgados e bebidas a todos os que se aproximavam, incluindo o desconhecido pesquisador e algumas crianças da Barragem.

Ao estabelecer recorte em todas as cenas com crianças na Barragem Santa Lúcia, obteve-se o mapa acima (FIG. 8). É possível constatar a forte presença de crianças nas diversas cenas observadas. Em alguns desses locais, essa presença era ainda mais evidente e visível: no Clube da Troca da “pracinha”, entre o coco e a “biquinha”, nos arredores da quadra pequena e do parquinho e em frente à drogaria, à farmácia e ao centro comercial.



Figura 9 - Fluxos de circulação das crianças do Morro pela Barragem Santa Lúcia.
 Mapa realizado pelo autor com a colaboração de João Paulo Fontoura de Souza, através do programa *Google Earth*, acesso em 22 de outubro, de 2011.

O mapa de fluxos do movimento das crianças do Morro (FIG. 9) foi realizado mediante a marcação das diversas cenas em que cada uma dessas crianças foi observada. Esse exercício de mapeamento revelou, portanto, os locais nos arredores frequentados por essas crianças e os caminhos que faziam entre um espaço e outro, principalmente a pé e de bicicleta. Ressalte-se que a moradia dessas crianças, todas localizadas no Aglomerado Santa Lúcia, não foram representadas nestes mapas, para não identificá-las.

Ao representar a circulação das crianças pelos espaços como linhas, representei – inspirado em Ingold (2011) – o movimento que realizavam ao longo do tempo e o entrelaçado de suas jornadas de vida. Ao se referir ao emaranhado tecido pelas linhas de movimento das pessoas, animais, plantas e coisas, Ingold (2011) contesta a ideia de ligação entre pontos que o conceito moderno de transporte urbano adota e, portanto, questiona a metáfora das redes (*networks*) que essas linhas formariam. Nesse sentido, prefere e toma emprestado o termo *meshwork*, de Lefebvre (1991 [1974], p. 117-118):

Existe algo em comum, observa Lefebvre, entre o modo como as palavras são inscritas sobre uma página escrita e o modo como os movimentos e ritmos da atividade humana e não-humana são registrados no espaço vivido, mas somente se pensarmos na escrita não como uma composição verbal, mas como um tecido de linhas – não como um *texto*, mas como *textura*. ‘Atividade prática escreve na natureza’, ele comenta, ‘numa mão que rabisca’. Pensa nas trilhas reticulares deixadas pelas pessoas e animais na medida em que caminham por seus negócios em torno da casa, povoado e cidade. Apanhados nestes múltiplos emaranhados, cada monumento ou edifício, visto em seu contexto e entorno, é mais ‘archi-textural’ do que arquitetural (INGOLD, 2011, p. 84, tradução nossa).

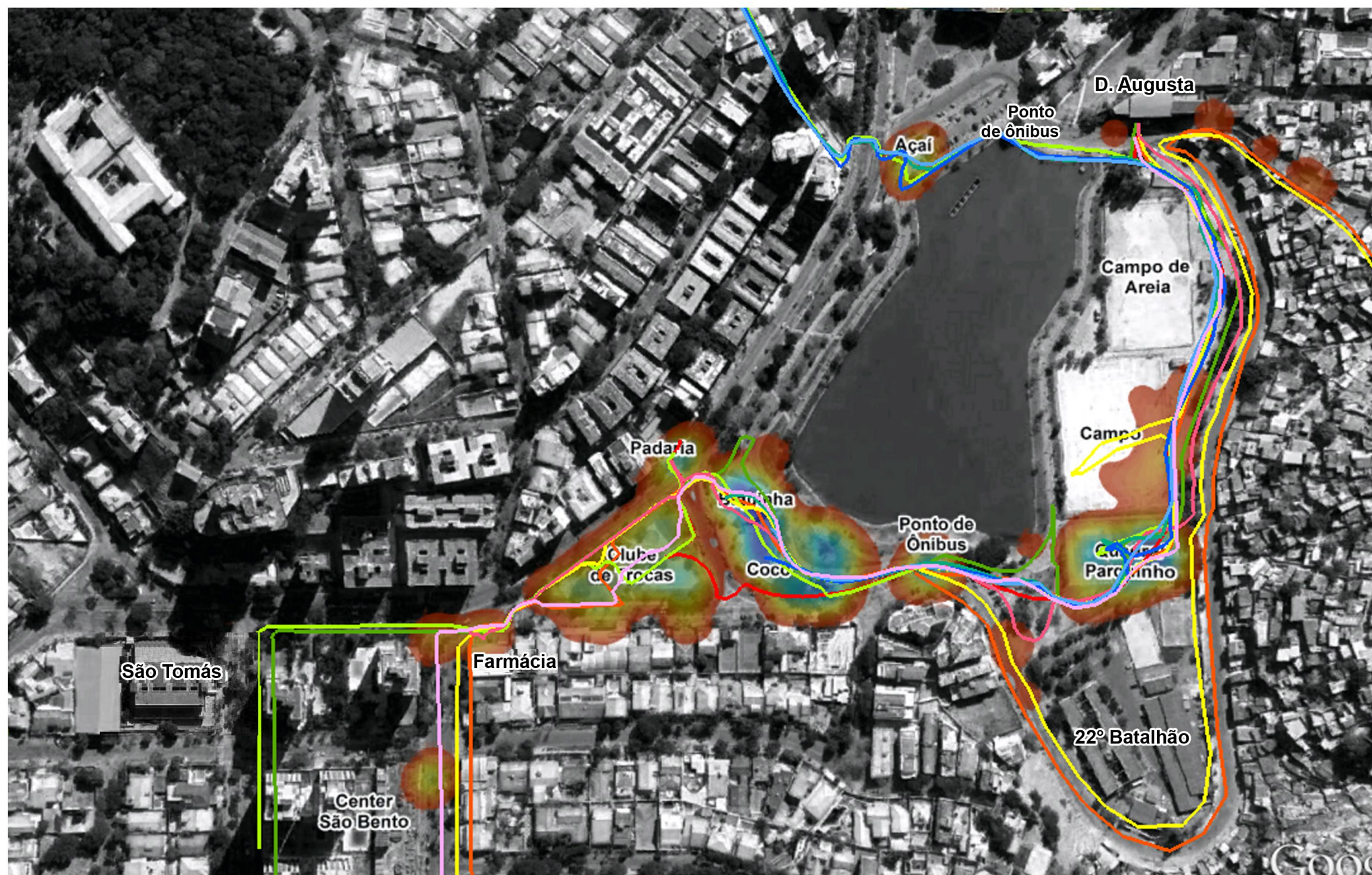


Figura 11 – Os espaços públicos com crianças nos arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia. Mapa realizado pelo autor com a colaboração de Lauro Fráguas e João Paulo Fontoura de Souza.

Ao sobrepor as linhas de circulação das crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia aos dados sobre a densidade de cenas *com* crianças, represento – a título de síntese da observação da presença e da circulação das crianças nos arredores da Barragem Santa Lúcia o mapa dos espaços *com* crianças nos arredores do Parque da Barragem Santa Lúcia (FIG. 11).

Esses *mapas etno-gráficos* são apenas algumas das possibilidades de aplicação de filtros às planilhas e seus resultados na representação gráfica em termos de densidade de *cenas com crianças*. Demonstram o potencial da ferramenta do geoprocessamento, associada à interface com programas do tipo *Google Earth* (que disponibiliza uma imagem fotográfica de fundo e, portanto, facilita o reconhecimento do local) em uma “etno-grafia”. Outras possibilidades de cruzamento de dados e análise poderiam ser experimentadas a partir desse processo, tais como acrescentar dados demográficos, dados qualitativos associados aos pontos que representam os diversos equipamentos, associação de fotos, textos e cruzar com informações que os diversos atores achassem pertinentes, especialmente as crianças.

Esse instrumento de espacialização, essa *forma etno-gráfica espacializada*, apresenta grande potencialidade que foi explorada apenas experimentalmente e parcialmente nesta pesquisa. O passo seguinte seria a publicação, em meio digital *on line*, de maneira que possibilite a interação e a intervenção dos usuários, o que de fato potencializaria o instrumento. É possível considerar, ainda, que essa *forma etno-gráfica espacializada* poderá ser experimentada por distintos atores e pesquisadores de diversos campos, até mesmo em outros contextos e recortes espaciotemporais distintos do adotado.

Considerações Finais

Este artigo revela, portanto, o exercício de elaboração de uma possível forma de abordar e elaborar o tema do urbano com atenção especial aos espaços *com* os sujeitos.

A atenção que as relações entre a cidade e a criança têm recebido nas últimas décadas por parte de pesquisadores e profissionais oriundos de diversos campos expressa a complexidade e a emergência da compreensão de suas dinâmicas na sociedade contemporânea que diferem bastante de um contexto a outro e reitera a condição urbana da criança - um dos grupos que mais sofrem com a segregação socioespacial.

Com base nos dados levantados para esta pesquisa, esta afirmação cabe para os distintos grupos sociais pesquisados. É possível considerar que tais grupos não podem ser analisados em bloco, visto as diferenciações internas observadas, tanto entre os moradores dos bairros quanto entre os moradores do Morro.

Diante dessa consideração, os espaços públicos, em especial as ruas, praças e parques, tornam-se contextos privilegiados de investigação por apresentarem, de modo visível, os distintos modos de viver a infância e o papel dos espaços na formação, na aprendizagem da cidadania, além do potencial de mudança que encerra, em especial nas cidades grandes brasileiras, como Belo Horizonte, caracterizadas pela desigualdade.

Ao lado de uma perspectiva espacial, cabe destacar que ao estabelecermos a criança como foco de estudos e possíveis investimentos públicos, focamos nossa atenção num tempo de vida – a infância – distinto dos tempos dos demais grupos etários. Com base no conjunto de dados produzidos para esta pesquisa, foi possível considerar que esse tempo de vida toma expressão nos espaços da cidade – apesar da percepção de sua inadequação – e que, portanto, requer atenção específica dos estudiosos e planejadores. Essa perspectiva, ao imprimir atenção às especificidades dos sujeitos e não somente das questões macroestruturais (economia, transporte, segurança, etc.), pode constituir uma inversão na lógica do planejamento. Cabe reiterar o direito das crianças ao tempo livre, ao tempo de brincar e o direito de circular pela cidade.

Ao se propor a realizar um trabalho pelas fronteiras disciplinares, o pesquisador encontrou um caminho no campo da educação e, em especial, por meio da etnografia dos espaços *com* crianças. Se por um lado enfrentou o desafio de pesquisar a cidade e a criança em contexto não escolar, compreendendo que os processos de aprendizagem extrapolavam os espaços “especializados”, observei em campo que, em contexto ambíguo como o pesquisado, os caminhos para a escola continuavam sendo ainda os mais seguros, o que pode ser atribuído ao papel mediador que tanto a instituição quanto as crianças desempenhavam nas relações sociais observadas em público.

Cabe ainda considerar os avanços obtidos e explorar a potencialidade do instrumento de espacialização experimentado nesta pesquisa. Os resultados desse processo indicam a centralidade do espaço e as potencialidades de um diálogo entre campos, matrizes teóricas e escalas distintas mediante a adoção dessa categoria como objeto de análise.

Referências Bibliográficas

- AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP.: Papyrus, 1994.
- CANUTO, F. *et al.* O terror superposto: uma leitura do conceito lefebvriano de terrorismo na sociedade urbana contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.5, n.1, p. 27-44. Novembro de 2003.
- CARVALHO, L. D. *Imagens da infância: brincadeira, brinquedo e cultura*. 2007. Dissertação de mestrado em Educação. UFMG, 2007.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994 [1990].
- COHN, C. *A antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CORSARO, W. A. A reprodução interpretativa no brincar ao ‘faz-de-conta’ das crianças. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 17, p. 113-134, 2002.
- DEBORTOLI, J. A. O. Equilibrando sobre um arame de farpas: infância e indelicadeza no Cotidiano do Alto Vera Cruz. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- GOFFMAN, E. *The presentation of self in everyday life*. Nova York, Anchor Books, 1959.
- GOMES, A. M. R. Outras crianças, outras infâncias? In: GOUVEA, M. C. S.; SARMENTO, M. *Estudos da infância*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GOUVEA, M. C. S. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: _____; SARMENTO, M. *Estudos da infância*. Petrópolis: Vozes, 2008.

- GOUVEA, M. C. S. *Anjos sobre a cidade: a criança de favela e seu mundo de cultura*. 1990. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.
- GULLØV, K. F. & OLWIG, E (ed.). *Children's Places: cross-cultural perspectives*. Londres: Routledge, 2003.
- INGOLD, T. *Being alive*. Routledge: Oxon, 2011.
- INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*) 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000 [1974].
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2009 [1968].
- LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.
- LOPES, J. T. Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: sociologia*, n. 17/18, p. 69-80, 2007/2008.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2. 2005. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 18 out. 2006.
- NETO, Carlos. *A criança e o jogo: perspectivas de investigação*. Disponível em: <http://www.fmh.utl.pt>. Acesso em: 8 ago. 2006.
- PARGA, J. S. *Orfandades infantiles y adolescentes: introducción a uma sociologia de la infância*. Quito: Abya-Yala, 2004.
- PINTO, M. *A infância como construção social*. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Minho: Universidade do Minho, 1997.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1974].
- SILVA, R. C. *Circulando com os meninos: infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- SOJA, E. W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell, 2000.